



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 103ª REUNIÃO

Data: 26 de setembro de 2011

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Senhor Ministro Interino do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, justificando a ausência do Senhor Ministro, Edison Lobão, em função de viagem ao exterior. Agradeceu a presença de todos os membros do Comitê e demais participantes e fez breves comentários sobre o rompimento de comporta do vertedouro da UHE Salto Osório e sobre a perturbação envolvendo a SE Brasília Geral, verificados na presente data.

Em seguida foram submetidas à apreciação as atas da 100ª e 101ª Reuniões do CMSE, de 4 de agosto de 2011 e 25 de agosto de 2011, respectivamente, sendo aprovadas por unanimidade.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS apresentou a avaliação das condições eletroenergéticas de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN, destacando que os últimos três meses foram caracterizados por condições de neutralidade no Pacífico Equatorial, o que, associado a uma maior frequência de frentes frias, vem ocasionando anomalias positivas de precipitação nas bacias da região Sul e na bacia do rio Paranapanema e negativas nas demais bacias do SIN.

Para o próximo trimestre (outubro/novembro/dezembro), a previsão é de precipitação variando entre a média e abaixo da média na bacia do rio Jacuí e próxima da média nas demais bacias.

Destacou que não foi identificada necessidade de despacho de geração térmica adicional, referente à aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP, para atingir os níveis de segurança ao final do mês de setembro/2011, cujos valores de armazenamento esperados, para as Energias Naturais Afluentes - ENAs previstas, são de 60,1% para a região Nordeste, 65,0% para o Sudeste/Centro-Oeste, 96,4% para o Sul e 59,5% para o Norte.

Informou ainda que a reunião do Programa Mensal de Operação – PMO de outubro/2011 ainda seria realizada (dias 29 e 30 de setembro de 2011), mas que a expectativa era de que para o referido mês também não haveria necessidade de geração adicional por POCP.

Com relação à carga, a média mensal prevista para setembro/2011 no SIN é de 58.447 \overline{MW} , o que representará uma elevação de 2,4% em relação ao mês de setembro/2010.

O ONS destacou também a necessidade de manter geração térmica nas usinas J. Lacerda, Candiota III, Presidente Médici, TermoNorte I e TermoNorte II, de modo a prover segurança elétrica às áreas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Acre-Rondônia.

Por fim, informou que estão sendo realizadas as substituições das proteções dos quatro circuitos da LT 500 kV Itaipu – Foz do Iguaçu, conforme tratado na 102ª Reunião (extraordinária) do CMSE, em 13 de setembro de 2011.

Questionada pelo MME sobre a Resolução ANEEL 440/2011, a ANEEL informou que a diretoria resolveu aplicar a referida Resolução para as usinas existentes e abrir Audiência Pública para tratar as usinas futuras. O Sr. Secretário Executivo informou que é necessário realizar imediatamente uma reunião da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP para definir esse assunto.

Finalizando, a SEE/MME informou que a partir do último dia vinte foi encerrada a exportação de energia elétrica para a Argentina e que vem ocorrendo uma pequena exportação para o Uruguai.

Deliberação: Deverá ser convocada pelo MME uma reunião da CPAMP para definir ações a serem tomadas com relação à Resolução ANEEL 440/2011.

3. APROVAÇÃO DOS PARÂMETROS DO PROCEDIMENTO OPERATIVO DE CURTO PRAZO – POCP PARA APLICAÇÃO EM OUTUBRO/2011

Foram mantidos os parâmetros utilizados pelos POCP, quais sejam: os Níveis Meta (30/11/2011) de 25% para a região Nordeste e de 42% para a região Sudeste/Centro-Oeste.

4. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Inicialmente, a SEE/MME apresentou um panorama da evolução da expansão da geração comparativamente aos compromissos de leilão, discriminando os atrasos acumulados até a presente data. O total atrasado corresponde a uma capacidade de 4.659,40 MW, associada a uma energia de 2.241,98 \overline{MW} .

Foi apresentado que a meta inicial de expansão de geração para 2011 é de 6.542 MW, ante um compromisso de leilão de 7.249 MW, tendo sido implantado até setembro/2011 um total de 2.649,3 MW, para uma meta, até o referido mês, de 4.473,0 MW. Na sequência foi apresentada uma estratificação por tipo de fonte, ou seja, hidrelétricas, termelétricas e PROINFA, detalhando os principais desvios de meta.

Houve manifestação de preocupação dos membros do Comitê com os atrasos acumulados das usinas de leilão, necessitando de uma ação urgente para atacar o problema.

O Sr. Ministro Interino ressaltou a necessidade da realização de uma reunião específica para tomar decisões sobre esse assunto.

A EPE solicitou à SEE/MME que para a próxima reunião do Comitê apresente o estágio de cada usina de leilão que se encontra atrasada.

A ANEEL relatou que recentemente foram realizados testes de despacho nas usinas Termomanaus e Pau Ferro, que entraram em operação em 2010, sendo que o resultado apresentado não foi satisfatório.

Foi também abordado o processo da alteração da potência e da garantia física das UTEs Bevap, Biopav e Chapadão. O MME ratificou sua posição com relação as alterações solicitadas pelos empreendedores, ou seja, o MME entende que os pleitos ferem os editais dos leilões, portanto não podem ser atendidos.

Na transmissão foi apresentado que a meta de expansão para 2011 é de 3.103 km de novas linhas de transmissão, tendo sido realizada até agosto/2011 um total de 1.612 km, para uma meta, até o referido mês, de 1.773 km. Quanto à evolução da capacidade de transformação, a meta de expansão para 2011 é de 10.162 MVA, tendo sido realizada até o final de agosto/2011 uma expansão de 5.034 MVA, ante uma meta, até o referido mês, de 6.550 MVA.

Foi ressaltado que 66% das linhas de transmissão e 62% das subestações encontram-se atrasadas, destacando a participação daqueles empreendimentos sem licença ambiental.

Deliberações:

- Realizar uma reunião técnica do Comitê, específica para definir ações com relação aos empreendimentos de geração térmica dos leilões, que encontram-se em atraso;
- A SEE/MME deverá apresentar um diagnóstico do estágio de implantação de cada usina térmica, de leilão, que se encontra atrasada;

5. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS USINAS

As datas de tendência para operação comercial das usinas foram aprovadas pelo Comitê, conforme analisadas na reunião mensal do DMSE de 21 de setembro de 2011 e encaminhadas pelo Ofício Circular nº 4/2011- SEE-MME, em 21 de setembro de 2011, aos membros do CMSE.

A EPE sugeriu que nas próximas apresentações, além das datas de tendência, sejam informadas também as datas contratuais das usinas.

6. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

O ONS apresentou o Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia - BISE no período de 25 de agosto de 2011 a 23 de setembro de 2011, envolvendo cinco ocorrências com interrupção de carga superior a 100 MW e duração acima de 10 minutos, e ressaltou que até a presente data o número de eventos no ano de 2011 totalizava 55 ocorrências, contra 56 em igual período no ano passado.

Dentre as ocorrências, destacou a que envolveu o tronco de 750 kV, no dia 02 de setembro de 2011, e a da LT 345 kV Campos – Vitória, em 06 de setembro de 2011, ambas discutidas na 102ª Reunião (extraordinária) do CMSE, em 13 de setembro de 2011.

Apresentou também uma estatística preliminar das ocorrências do período de 2006 a agosto/2011, independente do montante de corte de carga. O número de perturbações, por ano, oscilou entre 2119 e 2670, estando no ano de 2011, até o mês de agosto, em 1572. Desse total, em média 11,9% envolveram qualquer patamar de corte de carga, 2,9% tiveram corte de carga superior a 100MW e em 0,4% houve corte de carga superior a 500 MW.

Destacou ainda que, quando se analisa a origem das perturbações, para os casos de todas as perturbações e para perturbações com qualquer corte de carga a principal causa é “condições climáticas adversas”. Para o caso de perturbações envolvendo corte de carga superior a 100 MW, a principal causa passa a ser “equipamentos/acessórios” e nos casos de corte de carga superior a 500 MW a principal causa passa a ser “falhas humanas”, que inclui algum tipo de envolvimento com proteção (desempenho não satisfatório provocando ou agravando a perturbação).

O MME ressaltou a importância desse trabalho de estatística das perturbações, no sentido de ter-se um banco de dados robusto, que proporcione um diagnóstico de onde se deve atuar.

A ANEEL também ressaltou a necessidade de ser dado um grande foco no aspecto de proteção, que em geral é o causador das perturbações mais relevantes.

7. CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO AO ESTADO DE GOIÁS

Inicialmente a SEE/MME fez um breve relato de ações que vem realizando com relação ao atendimento elétrico à área Goiás/Brasília. Informou que o MME vem tomando ações com relação ao suprimento à Brasília e que já se observa uma mobilização recente da CEB, retomando os investimentos em sua rede elétrica, apesar desse suprimento ainda merecer atenção em função do represamento de obras. Com relação a Goiás, em reunião recente a SEE/MME identificou problemas decorrentes de atrasos de obras de transmissão e de compensação reativa, que tornam crítico o suprimento ao estado, o que motivou o tema constar da agenda da presente reunião.

O ONS informou que preocupado com as condições de suprimento reativou recentemente o Grupo de Trabalho da área Goiás/Brasília, a exemplo dos demais GTs em andamento, como nos casos de São Paulo, RGS, Bahia, Rio de Janeiro, que vem contando com a participação da EPE e ANEEL, empresas e Secretarias de Energia, estas com o papel fundamental na articulação com os órgãos ambientais dos respectivos Estados. Nestes GTs são estabelecidas e acompanhadas de forma sistemática, medidas e ações visando assegurar as condições de atendimento aos respectivos Estados. Destacou a necessidade de uma ação forte do MME com relação a emissão de licenças ambientais, especialmente as associadas a necessidade de articulação com órgãos Federais, para na sequência apresentar as condições de atendimento ao estado de Goiás, com foco na grande Goiânia e no norte do estado.

No que diz respeito ao atendimento à região da grande Goiânia ressaltou que, a fim de evitar sobrecarga em regime normal nos transformadores da SE Bandeirantes, tem sido necessário gerar térmica a óleo nos meses de agosto e setembro.

Destacou que o problema decorre principalmente do baixo fator de potência nos pontos de conexão da CELG, em função da deficiência de compensação capacitiva em sua rede elétrica. Informou ainda que a solução estrutural prevista é a SE Trindade 500/230 kV – 3x400 MVA e sistema de transmissão associado (LT 500 kV Rio Verde Norte- Trindade (CD), LT 230 kV Trindade – Xavantes (CD) e LT 230 kV Trindade – Carajás), cuja data do contrato de concessão é julho/2012, mas que encontra-se com problemas de licença ambiental. Ressaltou ainda que o atraso dessas obras põe em risco o atendimento à ponta de carga de 2012.

A SEE/MME ressaltou que também deve ser dada atenção às obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico - PMIS de outras subestações

da região e que são necessárias para a entrada em operação da SE Trindade, haja vista o risco de superação de equipamentos.

Com relação ao suprimento ao norte do estado, o ONS informou a necessidade de restringir o atendimento ao consumidor Anglo American, tendo em vista a não entrada em operação das obras estruturais previstas para a região (LTs 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia e Niquelândia – Barro Alto), cuja data do contrato de concessão seria novembro/2011, mas que se encontram atrasadas em função de problemas de licença ambiental. Outra obra importante para esse atendimento é o terceiro transformador 345/230 kV – 225 MVA da SE Brasília Sul, previsto para julho/2012.

A SEE/MME informou que em recente reunião com o empreendedor foi relatado pelo mesmo que o trecho Niquelândia – Barro Alto já tem Licença de Instalação, mas que para iniciar a obra aguarda a separação da receita por trecho, solicitada à ANEEL. Ressaltou também que foi feito contato com a Eletrobras Furnas, visando agilizar o transformador da SE Brasília Sul.

Finalizando, o ONS apresentou as ações em andamento, destacando que será realizada reunião técnica com a CELG, no dia 3 de outubro de 2011, para dimensionamento da compensação capacitiva para a rede da concessionária e elaboração de Nota Técnica conjunta, para atendimento ao critério de fator de potência previsto nos Procedimentos de Rede.

Deliberação: O ONS deverá encaminhar ao MME carta relatando os problemas de atendimento ao estado de Goiás, a fim de possibilitar a atuação do MME junto ao Governo de Goiás, em especial quanto à emissão de licença ambiental e instalação de compensação capacitiva na rede da CELG.

8. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CCEE informou que houve uma redução da inadimplência na Liquidação Financeira de Julho/2011 (15,3%), equivalente a R\$ 40,3 milhões, envolvendo Agentes que comercializam energia no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR e que estão com usinas atrasadas.

Apesar dessa redução, foi manifestada a preocupação dos membros do Comitê de que essa inadimplência afeta todos os Agentes credores na CCEE e gera incertezas e riscos ao mercado de energia elétrica.

A EPE reiterou a necessidade de uma ação urgente no sentido de equacionar esse problema, que vem se tornando recorrente.

9. ASSUNTOS GERAIS

A SEE/MME informou que na presente data foi realizada reunião com a ANEEL sobre as obras de distribuição para a Copa 2014, onde a Agência relatou que ao longo do mês de setembro/2011 fez reuniões com todas as empresas de distribuição de energia elétrica que atuam nas cidades-sede. Informou que considerou o andamento dos trabalhos das empresas satisfatório, a menos de três casos considerados merecedores de atenção, para os quais solicitou ações do MME: CEEE, que alegou dificuldades financeiras para realizar os investimentos; Amazonas Energia, que se mostrou um tanto indefinida quanto ao planejamento das ações a tomar e Coelce, que informou depender de autorização do Governo do Estado para executar as obras.

Foi informado também que a ANEEL está prevendo para até 18 de outubro de 2011 a emissão da Resolução Determinativa relativa às obras de distribuição para a Copa 2014.

Nada mais havendo foi encerrada a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Ildo Wilson Grüdtner	MME
José Coimbra	MME
João José de Nora Souto	MME
Maurício Tolmasquim	EPE
José Carlos de Miranda Farias	EPE
Sumara Duarte Ticom	ONS
Helder Queiroz	ANP
Domingos Romeu Andreatta	MME
Guilherme Silva de Godoi	MME
João Daniel de Andrade Cascalho	MME
Francisco Romário Wojcicki	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Rui Guilherme A. Silva	ANEEL
José Moisés Machado da Silva	ANEEL
Ivan Camargo	ANEEL
Luiz Eduardo Barata Ferreira	CCEE
Robésio Maciel de Sena	MME
Hugo Leonardo Gosmann	MME
Ricardo S. Homrich	MME
José Luiz Scavassa	MME
Thiago Pereira Soares	MME
Nuno Henrique Moura Nunes Brito	MME
Marina Bott Gonçalves	MME
Renato Dalla Lana	MME
Edvaldo Luís Risso	MME
José Brito Trabuco	MME
Daniel Caixeta Moreira	MME
Darico Pedro Livi	ONS
Altino Ventura Filho	MME
Albert C. G. Melo	CEPEL